

E se fôssemos sem eles?

» CLAUDIO ANGELO — Coordenador de Política Internacional do Observatório do Clima

Algumas separações são livramentos. O processo é sempre doloroso, deixa marcas e prejuízo, mas o cônjuge acaba dando rumos novos e melhores à vida depois. Nesta semana, com a eleição de Donald Trump, talvez a humanidade esteja a ponto de encerrar um casamento abusivo de 34 anos com os Estados Unidos nas negociações internacionais para o combate à crise do clima.

Não me entendam mal: o retorno do republicano ao poder representa uma catástrofe climática de difícil superação. Estamos em plena aceleração do aquecimento global, com dois anos consecutivos batendo recordes históricos de temperatura. Somadas, as metas climáticas atuais dos países levariam o mundo a um aquecimento muito maior do que o limite de 1,5°C do Acordo de Paris. Todos os países precisam apresentar novas metas mais ambiciosas, mas, em vez disso, teremos o segundo maior poluidor global abandonando (de novo) o acordo.

O financiamento climático, que deveria ter uma decisão crucial neste mês na COP29, no Azerbaijão, também vai para o vinagre: os EUA são o maior devedor de recursos, mas Trump cortará esses pagamentos com uma canetada. Os países em desenvolvi-

mento não aumentarão suas metas sem dinheiro. Portanto, com Trump, o objetivo de limitar o aquecimento da Terra a 1,5°C está enterrado.

Há um perigo ainda maior: a saída dos EUA do Acordo de Paris pode encorajar outros autocratas, como os da Argentina, Turquia, Venezuela e Rússia, a fazer o mesmo. Isso seria a implosão do regime multilateral — hoje, a única coisa a nos separar de um aquecimento de 3°C ou mais.

Ocorre que, mesmo ainda estando na Convenção do Clima da ONU, os Estados Unidos são de longe o país que mais fez e faz para atrair o processo. Desde 1992, a história do regime multilateral tem sido a do resto do mundo lidando com chantagens, obstruções, birras e abandonos dos americanos.

Toleramos em 1997 uma resolução aprovada por todos os senadores do Capitólio (inclusive, um certo Joseph Biden Jr.) declarando que



nenhum acordo internacional de controle de poluição seria ratificado pelos EUA. Isso enfraqueceu o Protocolo de Kyoto, primeiro instrumento global de corte de CO2, ferido de morte em 2001, quando George W. Bush retirou o país do tratado.

Passamos os anos seguintes buscando maneiras de trazer os EUA de volta, sempre nos termos deles. Em 2009, assistimos aos EUA, mancomunados com a China, destruírem a chance de um pacto climático universal em Copenhague. E, em 2015, fizemos um contorcionismo jurídico para criar, em Paris, um acordo cujo cumprimento fosse obrigatório, mas as metas fossem voluntárias. Era a única maneira de ter os EUA a bordo.

Supportamos estoicamente as ofensas americanas em cada COP, tentando impor obrigações a países em desenvolvimento ao mesmo tempo em que se negavam a adotar metas compatíveis com sua responsabilidade histórica. Sempre

temendo ofender os pobres e evitar que eles saíssem do acordo — o que aconteceu do mesmo jeito em 2017. Paramos tudo por quatro anos, à espera deles. Eles voltaram. E, agora, sairão de novo.

A matemática do clima é implacável: as 5,2 bilhões de toneladas de CO2 emitidas pelos EUA precisarão ser cortadas por outros países. Os trilhões de dólares que o país deve ao Sul Global precisarão ser pagos por alguém. Só que o mundo não pode esperar mais a volta dos americanos, sob pena de os prejuízos da crise climática se tornarem impagáveis. Teremos de avançar sem eles.

Por pior que seja, Trump não conseguirá reverter a trajetória declinante das emissões americanas. A economia real já precificou a descarbonização, o carvão agoniza e as energias renováveis bombam até nos estados mais republicanos. O mais célebre trumpista fez fortuna vendendo carros elétricos. A indústria do petróleo se agarrou a Trump para ter uma sobrevida, mas o relógio está batendo para eles. Vai demorar mais, mas o fim dos fósseis virá para a América. E pode vir até mais rápido no resto do mundo sem os EUA melando as decisões das COPs. Num cenário nem de longe impossível, produtos americanos de alto teor

de carbono poderão enfrentar taxações mundo afora.

Sem os EUA, o Brasil, presidente da COP30 e um dos raros portadores de boas notícias no clima em 2024, é automaticamente alçado a nova liderança global nessa área. Espera-se que o país apresente uma meta climática transformadora (as indicações preliminares, infelizmente, vão no sentido oposto) e que use seu capital político e a legendaria habilidade de seus diplomatas para ajudar a guiar o mundo no sentido de implementar a decisão da COP28 de eliminar os combustíveis fósseis.

O teste da cooperação climática pós-Trump começa na segunda-feira que vem em Baku. É uma COP para discutir dinheiro e que tem tudo para fracassar diante do resultado da eleição americana. Mas é o momento para o resto do mundo aceitar o divórcio, isolar os EUA e estabelecer novas bases para o diálogo.

A Universidade de Brasília e a valorização da cultura: novos caminhos

» DANIELA F. GARROSSINI — Professora da UnB, vice-coordenadora do Observatório de Políticas Públicas Culturais

» DORIANA DAROIT — Professora da UnB, coordenadora do Laboratório de Pesquisas sobre Ação Pública para o Desenvolvimento Democrático

» MARIA DE FÁTIMA R. MAKIUCHI — Professora da UnB, coordenadora do Observatório de Políticas Públicas Culturais

Ao longo de suas seis décadas, a Universidade de Brasília (UnB) se consolidou como um centro de excelência acadêmica, mas é necessário reconhecer que seu papel vai além da produção de conhecimento científico. A universidade é também um espaço de convivência, de trocas sociais e culturais e de formação integral de indivíduos.

Em tempos de crise social e política, o desejo de mudança indicado pela comunidade universitária passa por recolocar a UnB como propulsora de iniciativas que promovam a arte, a cultura e o esporte para a construção de um ambiente universitário que favoreça o desenvolvimento humano em todas suas dimensões, a formação profissional e cidadã de seus membros e, simultaneamente, estreite seus laços com o território, especialmente o Distrito Federal, de forma a consolidar sua posição como agente de produção de conhecimento e de transformação social.

Na última década, vimos a Universidade de Brasília abrir mão, paulatina e silenciosamente, do seu papel criativo e ousado no campo das artes e da cultura. Espaços culturais, esportivos e áreas verdes subutilizados, quando poderiam estar exercendo sua missão de permitir a fruição, o lazer, o descanso e o convívio entre os membros de uma comunidade de mais de 50 mil pessoas durante suas jornadas de estudo, trabalho e pesquisa, nos quatro campi que hoje integram a UnB.

A cultura e a arte, dentro do contexto universitário, não são apenas formas de expressão individual. Elas têm o poder de questionar, provocar e inspirar reflexões profundas sobre a sociedade

e suas contradições. A UnB, em sua essência, é um espaço de liberdade de pensamento, onde as manifestações culturais devem ser incentivadas como parte do processo pedagógico, pois elas são capazes de proporcionar novas perspectivas sobre questões históricas, políticas e sociais que afetam o Brasil e o mundo. Retomar o protagonismo artístico e cultural da universidade é também reafirmar seu compromisso com a liberdade de expressão, com o respeito à diversidade e com a promoção da democracia.

O desafio que se apresenta à UnB não é apenas o de promover eventos ou criar políticas setoriais, mas de estruturar uma nova visão em que a arte, a cultura e o esporte estejam no centro da formação de sua comunidade. Essa visão precisa estar profundamente conectada à ideia de uma universidade que forme não apenas profissionais, mas cidadãos completos, capazes de pensar criticamente sobre o mundo ao seu redor e de atuar de forma transformadora na sociedade. A universidade necessária de Darcy Ribeiro tem hoje a missão de encontrar caminhos para a reconstrução do tecido social brasileiro, rasgado de forma abrupta e violenta em sua história recente.

Nessa esteira das ações da universidade necessária imaginada por Darcy e Anísio Teixeira, é necessário reorientar estruturas de gestão já existentes, reestruturar espaços culturais e esportivos em todos os seus campi e congregar a diversidade de atores, expressões e pensamentos por meio, por exemplo, de um Fórum de Ciência, Cultura e Arte e da retomada de projetos de relevância em conexão com a sociedade que demonstrem as atividades de pesquisa da UnB,

promovam festivais artísticos de música, teatro, cinema, exposições, feiras literárias e eventos esportivos que envolvam os quatro campi e a comunidade do Distrito Federal. A humanização da universidade requer que um senso de pertencimento e integração seja o norte de uma universidade plural, inclusiva, de excelência, socialmente referenciada e disposta a enfrentar os desafios contemporâneos.

A UnB deve ser referência na estruturação dessa cultura inclusiva, democrática, que combate todo tipo de preconceito, seja de raça, cor, etnia, idade, gênero, religião ou ideologia. A universidade é o local do debate livre das ideias. É o local no qual argumentos são importantes e devem ser ouvidos, respeitados e colocados à prova, de acordo com os métodos e teorias de cada área de conhecimento, caso contrário, corre-se o risco da perda irreparável da própria natureza da universidade e de processos importantes na produção de conhecimento que a divergência induz.

O desafio que se coloca para a gestão da UnB composta pelos professores Rozana Reigota Naves e Márcio Muniz de Farias, escolhidos pela comunidade acadêmica para serem reitor e vice-reitor, é justamente o de resgatar seu papel central na construção de um desenvolvimento democrático por meio de seu compromisso com a formação integral, em que a cultura, a arte e o esporte sejam pilares estruturantes de uma universidade viva, pulsante e integrada à sociedade. Não basta apenas oferecer aulas e diplomas; é necessário formar cidadãos engajados, críticos e capazes de transformar o mundo ao seu redor.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

Barba e bigode

Embora não admita publicamente, a vitória do presidente republicano Donald Trump trará, sim, consequências que, direta e indiretamente, afetarão o atual governo brasileiro. Foi-se o tempo em que as eleições americanas ocupavam o rodapé dos jornais por aqui. Mesmo a despeito da política externa do Big Stick e da América para os Americanos, não havia esse estreitamento e essas inter-relações capazes de influenciar o governo e até a forçá-lo a adotar alterações nessas relações com o irmão do Norte.

O mundo, ainda que alguns desejem e outros não, está num processo de formação de uma gigantesca globalização. Nesse processo, é preciso lembrar que, no caso do Brasil, geografia é destino e até sina. Por mais que o atual governo busque um protagonismo dentro do Bloco dos Brics, é certo que esse clube de além-mar tem suas estratégias e objetivos. E ele se utiliza do Brasil e do resto do continente Sul apenas para formar uma base de apoio e logística próxima aos Estados Unidos, de onde pretendem alcançar a América do Norte.

Como uma espécie de boi de piranha, o Brasil é usado para as manobras de China, Rússia, Irã e outras ditaduras para fugir de perto os americanos. Para as esquerdas do continente, que vão sendo cercadas pelo avanço dos conservadores de direita, os Brics representam uma tábua de salvação, em que podem se aninhar para pressionar, por viés econômico e outros planos, os Estados Unidos.

Caso tenha possibilidades de cumprir pelo menos metade do que prometeu em sua campanha rumo à Casa Branca, os Brics enfrentarão o seu maior revés desde que bloco foi criado. Internamente, para nosso país, a vitória de Trump trará reflexos diretos para a área econômica, podendo servir de chamariz para atrair os capitais estrangeiros que ainda insistiam em permanecer no Brasil. De cara, essa vitória elevou o valor do dólar, empurrando, mais ainda, nossa moeda ladeira abaixo.

A maioria obtida pelo Partido Republicano no Congresso americano, juntamente com a maioria que tem na Suprema Corte, dará um poder gigantesco ao presidente Trump, que retorna com a experiência adquirida no mandato anterior e com vontade de fazer o que não pode, quando sua reeleição foi obstada por uma vitória discutível como no último pleito que concorreu. Comenta-se que os governos de esquerda não terão vida fácil com Trump na presidência, e isso pode incluir o Brasil, que, nos últimos anos, tem fugido abertamente os americanos, buscando comprar uma briga que, seguramente, não pode suportar nem meio round.

Depois da Argentina, que vai seguindo aos poucos pelo caminho da racionalidade e da prudência, chega a vez de os Estados Unidos voltarem ao eixo e ao leito normal do capitalismo liberal, em que podem alcançar a invejada posição de maior economia e democracia do planeta. Com essa nova configuração no governo americano, o menos pior que pode acontecer ao Brasil é ele ser ignorado na política externa de Trump, o que também configuraria um imenso retrocesso para nosso país.

A ilusão alimentada pelo pessoal de esquerda de que o Brasil pode, num mundo globalizado, seguir adiante e sem problemas, separado dos EUA, é, além de uma falácia política, a razão pelo qual estamos, cada vez mais, sendo empurrados e atolados nas areias movediças de um clube internacional de ditadores, cutucando o leão com vara curta. A essa hora, Maduro está coçando o bigode, e Lula, as barbas. Melhor, diante dessa nova realidade, colocar bigode e barba de molho.

» A frase que foi pronunciada:

“Quero agradecer a milhões de americanos por aparecerem em números recorde e entregarem uma vitória. Nós os retribuiremos e faremos nosso melhor trabalho. Nós daremos a volta por cima, em todos os sentidos. Este será lembrado como o dia em que o povo americano recuperou o controle do país.”

Donald Trump

Agora, sim

» Perto do Ceub havia uma viatura do Detran orientando o trânsito que estava caótico. Trabalho efetuado com sucesso.

Peso da opinião pública

» Anderson Almeida, advogado criminalista, nos enviou um artigo sobre o caso Diddy e o peso da opinião pública na responsabilização por crimes sexuais. Veja a íntegra no *Blog do Ari Cunha*.

» História de Brasília

Ainda na Universidade, as formas de concreto que deveriam ser retiradas em 48 dias, foram retiradas em 40 horas, por processos especiais. (Publicada em 21/4/1962)